

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO

Regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023, além das demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Interessado: **Município de São Miguel do Oeste/SC**
Órgãos Interessados:
Multientidades

Tipo de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETERMINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Período de recebimento das propostas **Das 8h¹ do dia 05 de julho de 2024 até às 08h15 do dia 23 de julho de 2024**, por meio do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Início da Sessão de Disputa de Preços (lances) **23 de julho de 2024 às 8h30**, por meio do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Local Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Caso os fornecedores tenham alguma dúvida quanto a este certame, solicita-se que entrem em contato por meio dos telefones (49) 3631-2006 e (49) 3631-2005, com o Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de São Miguel do Oeste/SC.

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.174/0001-80, neste ato representado pela **Sra. THAÍS JALINE**

¹ Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial de Brasília.

SIPPERT COSTA, Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (*internet*), pelo do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.2. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no Portal Transparência do Município de São Miguel do Oeste/SC (saomiguel.sc.gov.br) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.3. O presente certame fora baseado em Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pelo setor requisitante.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente e compatível ao objeto licitado que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, estiverem devidamente credenciadas no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e que preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame.

2.2. Será vedada a participação, em qualquer fase do processo licitatório, dos interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

2.2.6. Empresas que se encontrarem sob falência, ou em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005.

2.2.7. Empresas declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, nos termos do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.2.9. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.1, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A situação de suspensão e impedimento inclui a verificação junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas)² e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas)³, ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal.

2.5. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.6. Da justificativa pela não exclusividade de itens para microempresa ou empresa de pequeno porte:

2.6.1. Considerando que a licitação em referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETERMINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL;**

2.6.2. Considerando que é notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparadas pela Lei Complementar nº 123/2006, não é absoluta, conforme expressa o art. 49 da referida legislação;

2.6.3. Considerando que o disposto no inciso II e III do art. 49 da Lei Complementar nº 123 prevê a possibilidade de justificativa a fundamentar a não realização de licitação com tratamento diferenciado;

2.6.4. Considerando que se observa que a Lei Complementar nº 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não de elevar a hipossuficiência econômica dessas acima do interesse público, resguardando os princípios pertinentes ao presente certame, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando a “proposta mais vantajosa para a Administração”, conforme é vislumbrado no art. 5º da Lei n. 14.133/21;

2.6.5. Considerando que o art. 5º do Decreto nº 8.538/2015 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto e oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas;

2.6.6. Em virtude dos apontamentos relatados acima é que se justifica a não realização DE EXCLUSIVIDADE no presente certame para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Serão utilizados, para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para a Pregoeira

² Consulta disponível no endereço eletrônico:

<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

³ Consulta disponível no endereço eletrônico:

<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – *Internet*.

3.2. A realização do procedimento estará a cargo da Pregoeira e do Portal de Compras Públicas, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um **cadastro prévio** junto ao Portal de Compras Públicas.

3.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Miguel do Oeste, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no Edital e seus Anexos.

3.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

3.5. A licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.6. A licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.7. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade da licitante.

4. DOS ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, **por meio do Portal de Compras Públicas**.

4.1.1. As propostas deverão ser cadastradas no Portal de Compras Públicas até a data e hora estabelecidas, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.2. Os documentos de habilitação da licitante melhor classificada serão solicitados para avaliação da Pregoeira e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

4.1.3. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF, respeitando, preferencialmente, a ordem estabelecida no Edital.

4.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema. **Após o início da sessão pública do pregão eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.**

4.3. A licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitada do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste.

4.4. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.5. O licitante deverá apresentar eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro em sede de diligências, no prazo a ser indicado pela Comissão.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no **VALOR UNITÁRIO DO LOTE**, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, **Das 8h⁴ do dia 05 de julho de 2024 até às 8h15 do dia 23 de julho de 2024.**

5.1.1. A proposta deverá conter o PREÇO UNITÁRIO e o PREÇO TOTAL de cada item **ofertado**, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

5.1.2. Os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” deverão ser preenchidos de acordo com os subitens 5.3.1 a 5.3.3 deste Edital.

5.2. A **proposta de preços final atualizada⁵** deverá ser apresentada no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa. Deverá conter, ainda:

5.2.1. Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo e o fabricante;

5.2.2. Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais;

5.2.3. Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

5.2.4. Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame, conforme subitem 5.2;

5.2.5. Prazo de validade⁶ da proposta, não inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data de sua apresentação;

5.2.6. Especificação do prazo de entrega do objeto.

5.3. Para inserção de sua proposta inicial, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus Anexos.

⁴ Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial de Brasília.

⁵ **Conforme Anexo VII – Modelo de proposta final.**

⁶ A não indicação do prazo de validade exigido na proposta não desclassificará a licitante, mas indicará que a mesma se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

5.3.1. No campo “MARCA” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca e modelo para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, “própria” ou quaisquer outras, exceto para contratação de serviços.

5.3.2. No campo “FABRICANTE” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.

5.3.3. No campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos **benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06**, deverão clicar SIM no campo “Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência”.

5.4.1. Aqueles que se enquadrarem no item 5.4. deverão observar o limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4.2. Caso a empresa assinale a opção NÃO, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

5.5. As propostas que atenderem os requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais poderão ser corrigidos pelo (a) Pregoeiro (a) da seguinte forma:

- a) erros de transcrição das quantidades previstas, **mantém-se o preço unitário** e corrige-se a quantidade e o preço total;
- b) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, **mantém-se o preço unitário e a quantidade**, retificando o preço total;
- c) erro de adição, **mantém-se as parcelas corretas** e retifica-se a soma.

5.6. O valor total da proposta poderá ser ajustado/retificado pela Pregoeira em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.

5.7. Poderão ser inseridas correções/anotações para esclarecimentos da proposta, desde que não configure alteração de condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais quanto ao mérito.

5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse a qualquer título.

5.9. O pregoeiro poderá convocar técnicos da (s) área (s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

5.10. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, e desde que não se possa utilizar o disposto no subitem 6.6., a proposta será **desclassificada**.

5.10.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

5.11. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor.

- 5.12. A licitante que desejar desistir da proposta apresentada deverá fazê-lo antes da etapa de lances, com pedido justificado e decisão motivada da Pregoeira.
- 5.13. A pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.
- 5.14. A licitante DEVERÁ promover oferta para todos os ITENS do LOTE, em virtude da licitação ter como forma de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, e desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.
- 5.15. Não será aceita oferta de serviços com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste Edital.
- 5.16. A apresentação de proposta, neste certame, implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, além do dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante declarada previamente vencedora deverá apresentar os documentos de habilitação do certame, os quais deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento das propostas, da seguinte forma:

- a) em original (digitalizado);
- b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado);
- c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante a apresentação de originais para confronto⁷ (digitalizado); ou
- d) através de publicação em órgão da imprensa oficial.
- e) Os documentos devem ser enviados por meio do Portal de Compras Públicas, preferencialmente, em pasta compactada (formato .zip) com arquivos nomeados e numerados de acordo com a relação de itens do Edital.

6.1.1. Da Habilitação Jurídica

6.1.1.1. Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade (Anexo III);

6.1.1.2. Deverá apresentar, ainda:

a) ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) consolidado ou acompanhado de todas as alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de sociedades comerciais;

a.1) no caso de sociedades por ações, o ato constitutivo deve estar acompanhado da ata da assembleia da última eleição dos administradores;

a.2) no caso de sociedades civis e simples, o ato constitutivo deve estar acompanhado de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.

6.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.4. Declaração da licitante que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo V);

⁷ Somente serão aceitos documentos originais ou cópias autenticadas que ofereçam condições de análise por parte do servidor municipal. Somente serão autenticados documentos através da apresentação de seus originais ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.1.1.5. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame **usufruindo dos benefícios** concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a documentação disposta nos subitens seguintes, **que ficarão condicionados à comprovação do porte informado no cartão CNPJ da licitante:**

6.1.1.5.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 1 (um ano) da data do registro da proposta.

6.1.1.5.2. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte emitida pela licitante (Anexo II);

6.1.1.5.2.1. As licitantes que se enquadrem no item 6.1.1.5. deverão declarar, se for o caso, a observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.1.1.5.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão comprovar que se enquadram nessa situação, se for o caso.

6.1.1.5.3. A não apresentação dos documentos de que trata o item 6.1.1.5, leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.

6.1.1.5.4. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.1.2. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista⁸

6.1.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica.

6.1.2.2. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.1.2.3. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

6.1.2.4. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, expedida pelo órgão competente;

6.1.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, expedida pelo órgão competente;

6.1.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

⁸ A comprovação de atendimento do disposto nos itens 6.1.2.3. a 6.1.2.8. deverá ser feita na forma da legislação específica.

6.1.2.7. Prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.444/2011, disponível no site: www.tst.jus.br/certidao.

6.1.2.8. Prova de regularidade fiscal com o órgão licitador, mediante apresentação de **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais de São Miguel do Oeste**.

6.1.2.8.1. Referida Certidão pode ser retirada através da *Internet*, pelo *site* do município (www.saomiguel.sc.gov.br), no link: “Serviços – Cidadão – CND Online”. Caso a empresa não tenha cadastro no município, deverá realizá-lo primeiro, através do link “Serviços – Cidadão – Cadastro de Pessoas”. Qualquer dúvida poderá ser sanada por meio do telefone **(49) 3631-2042**.

6.1.2.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

6.1.2.10. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo IV).

6.1.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

6.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.2. Da apresentação dos documentos

6.2.1. Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pela Pregoeira, na fase de habilitação.

6.2.2. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem **dispensadas** da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão **apresentar declaração identificando a situação** e citando os dispositivos legais pertinentes.

6.2.3. **Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.**

6.2.4. Toda a documentação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante, ou seja, se matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, salvo aqueles que somente são emitidos em nome da matriz.

6.2.5. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.2.5.1. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

6.2.6. A Pregoeira e/ou a Equipe de Apoio, poderá no ato da sessão, verificar o eventual descumprimento das condições de participação das empresas participantes, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação.

6.2.6.1. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira, julgará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

6.2.7. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

6.2.7.1. A substituição referida no item 6.2.7. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

6.2.7.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6.2.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.2.9. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2.10. Nos casos em que a licitante deixar de apresentar documento (s) relacionado (s) à proposta ou habilitação, poderá ser aberto prazo para diligências e juntada posterior, conforme previsão do art. 64 da Lei Federal 14.133/2021.

6.2.10.1. O prazo será de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação, podendo ser majorado a depender da complexidade do(s) documento(s).

7. DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.7.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8. DO MODO DE DISPUTA

8.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **valor unitário do LOTE**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.3. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pela Pregoeira através do sistema.

8.4. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a licitante será informada em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.5. A etapa de lances da Sessão Pública será no **modo de disputa aberto e fechado**, conforme art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021.

8.5.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

8.5.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 8.5.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.5.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem 8.5.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.4. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 8.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.5.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 8.5.3 e 8.5.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.5.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 8.5.3 e 8.5.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 8.5.5.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a etapa de lances e, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte, notadamente, para os itens que não sejam exclusivos para ME/EPP, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme segue:

9.1.1. **Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;**

9.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no **prazo de 5 (cinco) minutos**, situação em que passará à condição de primeira colocada;

9.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada por meio do sistema não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 9.1.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

9.2. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 9.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no subitem 9.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 9.4.1, será declarada melhor classificada do item/lote a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

9.5. O disposto nos subitens 9.1.1 a 9.1.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

9.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.7. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.8. As regras previstas no item 9.6. e 9.7. não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10.1.1. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pela Pregoeira.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.2. No critério de julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que, tendo sido classificada, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.3. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

10.4. Concluída a negociação, a licitante melhor classificada deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, a **proposta adequada ao último lance ofertado e os documentos de habilitação** no prazo de até **02 (duas) horas**, contadas da solicitação da Comissão.

10.4.1. A proposta de preços atualizada, os documentos de qualificação técnica e os documentos complementares deverão estar no formato PDF.

10.5. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

10.6. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.7. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

10.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.9. A Pregoeira poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

10.10. O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

11.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 11.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O recurso e as contrarrazões de recurso deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico através do **Portal de Compras Públicas** ou do **Protocolo Eletrônico**⁹ do Município de São Miguel do Oeste/SC.

11.7.1. Não serão aceitos recursos encaminhados via e-mail.

11.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas, através de publicação no Portal de Compras Públicas e Site do Município de São Miguel do Oeste.

⁹ Através do endereço eletrônico: <https://saomigueldoeste.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>.

1º - A empresa deverá fazer o cadastro conforme orientações da plataforma.

2º - Na aba “Assunto”, selecionar “RECURSO DE LICITAÇÃO”. Em seguida, incluir na “DESCRIÇÃO” o resumo do pedido.

3º - Na aba “ANEXAR”, anexar a Petição e o Contrato Social, além da procuração, quando for o caso, e/ou demais documentos que a empresa entender pertinentes.

4º Selecionar “PROTOCOLAR” e confirmar a ação.

11.9. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais e aqueles encaminhados por meios que não o Portal de Compras Públicas ou o Protocolo Eletrônico do Município.

11.10. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.11. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado a cada nova etapa do certame.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.2. Os pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações ao edital deverão ser encaminhados por meio eletrônico através do **Portal de Compras Públicas** ou do **Protocolo Eletrônico**¹⁰ do Município de São Miguel do Oeste, dirigidas à Pregoeira.

12.2.1. Não serão aceitas impugnações/pedido de esclarecimentos encaminhados via e-mail.

12.3. O horário limite para recebimento das impugnações é **às 23h59min** da data especificada no sistema.

12.4. Acolhida a impugnação que implique na alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

12.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste pregão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

12.6. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, a Pregoeira poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços.

12.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do Portal de Compras Públicas e do Portal da Transparência do Município e vincularão os participantes e a administração.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

13.1. Dos Recursos financeiros:

13.1.1. Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente do (a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, classificadas e codificadas sob os números abaixo.

¹⁰ Através do endereço eletrônico: <https://saomigueldooeste.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>:

1º - A empresa deverá fazer o cadastro conforme orientações da plataforma.

2º - Na aba "Assunto", selecionar "IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO". Em seguida, incluir na "DESCRIÇÃO" o resumo do pedido.

3º - Na aba "ANEXAR", anexar a Petição e o Contrato Social, além da procuração, quando for o caso, e/ou demais documentos que a empresa entender pertinentes.

4º Selecionar "PROTOCOLAR" e confirmar a ação.

13.2. Da dotação orçamentária:

13.2.1. Organograma: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA.

13.2.1.1. Unidade: 001 – ESPORTE.

13.2.1.1.1. Funcional: 27.812.0224.2.057 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Esporte e Juventude.

13.2.1.1.1.1. Dotação: (141) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ 1.977,68 (um mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

13.2.2. Organograma: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

13.2.2.1. Unidade: 002 – SETOR DE ENSINO.

13.2.2.1.1. Funcional: 12.361.0188.2.029 – Administração dos bens e serviços do Ensino Fundamental.

13.2.2.1.1.1. Dotação: (69) 3.3.90.00.00.00.00.00.1001 – EDUCAÇÃO - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ 39.317,50 (trinta e nove mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

13.2.3. Organograma: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.

13.2.3.1. Unidade: 001 – ENCARGOS GERAIS.

13.2.3.1.1. Funcional: 06.182.0174.2.050 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Polícia Civil.

13.2.3.1.1.1. Dotação: (123) 3.3.90.00.00.00.00.00.0280 – Convênio de Trânsito - Civil - Valor: R\$ 25.027,42 (vinte e cinco mil, vinte e sete reais e quarenta e dois centavos).

13.2.3.1.2. Funcional: 06.181.0177.2.051 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Polícia Militar.

13.2.3.1.2.1. Dotação: (124) 3.3.90.00.00.00.00.00.0281 – Convênio de Trânsito - Militar - Valor: R\$ 4.277,83 (quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos).

13.2.3.1.3. Funcional: 06.182.0178.2.052 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Corpo de Bombeiros.

13.2.3.1.3.1. Dotação: (127) 3.3.90.00.00.00.00.00.0179 – Receitas Convênio Bombeiros - Valor: R\$ 34.832,88 (trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos).

13.2.4. Organograma: 18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.2.4.1. Unidade: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.2.4.1.1. Funcional: 10.302.0428.2.105 – Administração dos Bens e Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

13.2.4.1.1.1. Dotação: (14) 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 – SAÚDE - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ 19.265,32 (dezenove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

13.2.5. Organograma: 18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.2.5.1. Unidade: 002 – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER.

13.2.5.1.1. Funcional: 10.302.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços da UPA.

13.2.5.1.1.1. Dotação: (26) 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 – SAÚDE - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ 15.331,11 (quinze mil, trezentos e trinta e um reais e onze centavos).

13.2.6. Organograma: **15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

13.2.6.1. Unidade: **001 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.**

13.2.5.1.1. Funcional: 08.122.0021.**2.026** – Administração Geral dos Bens e Serviços da Assistência Social.

13.2.6.1.1.1. Dotação: **(3)** 3.3.90.00.00.00.00.00.**0080** – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ 7.910,72 (sete mil, novecentos e dez reais e setenta e dois centavos).

13.2.6.1.2. Funcional: 08.244.0487.**2.187** – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

13.2.6.1.2.1. Dotação: **(18)** 3.3.90.00.00.00.00.00.**0080** – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ 6.816,77 (seis mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos).

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, será formalizada a contratação, nos termos Minuta do Contrato (Anexo VI)¹¹.

15.2. O Município convocará a licitante vencedora para firmar **assinatura digital/eletrônica** do Contrato (quando existente), **que será encaminhado à contratada no e-mail informado na proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis**, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

15.2.1. O Contrato poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação da (s) licitante(s) vencedora(s).

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

¹¹ O Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15.6.1. O exposto no item 15.6. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 15.5., alínea “a”.

16. DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o **Anexo I, Termo de Referência do Edital**.

16.2. O objeto licitado deverá ser entregue pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

16.3. O **prazo máximo para a entrega** do objeto da licitação será **conforme Termo de Referência**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

16.4. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

17. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por **1 (um) ou mais fiscais do contrato**, a ser indicado pela **Secretaria requisitante do certame**, especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.5. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou a terceiros.

17.7. A ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos danos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

18.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

18.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

18.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

18.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

18.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

18.1.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

18.1.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

18.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

18.1.9. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;

18.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

18.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;

18.1.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;

18.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

18.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

18.1.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São Miguel do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

18.1.15. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

18.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

18.1.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital.

18.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

18.1.19. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratada se obriga a dar ciência prévia à municipalidade quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

18.1.20. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

18.1.21. Zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares e pessoas naturais vinculadas à municipalidade, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

18.1.22. O CONTRATADO **deverá possuir oficina (s) credenciada (s) no município de São Miguel do Oeste/SC** para atendimento no caso de sinistro ou autorizar o CONTRATANTE a escolher oficina de sua confiança no município citado.

18.2.23. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

19.1.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

19.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

19.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

19.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

19.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

19.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

19.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

19.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a municipalidade se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

19.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

19.1.11. Zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à contratada, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado **em cota única até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo recebimentos das apólices** de seguro dos respectivos veículos, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

20.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

20.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

20.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

20.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

20.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo **IPCA** do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, **acrescido de juros de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao mês**, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

21. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

21.1. A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma do Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023.

21.1.1. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro são os estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023.

21.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e **irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses**, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo **IPCA** após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1. deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

22.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

22.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

22.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

23. DA VIGÊNCIA

23.1. O **prazo de vigência** do contrato decorrente deste procedimento licitatório será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da emissão do instrumento contratual.

23.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

24. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

24.1. Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

24.2. A extinção do contrato poderá ser:

24.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

24.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

24.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

24.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

25.4. Correrão por conta e risco da adjudicatária todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

25.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.6. As licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

25.7. Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser desclassificada, se o Município tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômica e financeira e qualificação técnica, não apreciada pela Comissão ou decorrentes de fatos supervenientes, só conhecidos após o julgamento.

25.7.1. Ocorrendo a desclassificação da licitante vencedora por fatos referidos no subitem anterior deste edital, o Município poderá convocar as licitantes remanescentes por ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 25.8. É vedado à licitante vencedora caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.
- 25.9. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão.
- 25.10. A apresentação da proposta implicará a aceitação das regras do presente edital por parte do licitante.
- 25.11. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente este edital e seus anexos, além de todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.
- 25.12. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, além da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 25.13. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 25.14. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de São Miguel do Oeste/SC, na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 25.15. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e no Portal da Transparência/Licitações (saomiguel.sc.gov.br).
- 25.16. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

26. DOS ANEXOS

26.1. Fazem parte do presente Edital:

- a) Anexo I – Relação dos itens para proposta, Termo de Referência do Edital;
- b) Anexo II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Anexo III - Declaração de Idoneidade;
- d) Anexo IV – Declaração que não emprega menores;
- e) Anexo V – Declaração de reserva de cargos;
- f) Anexo VI - Minuta do Contrato;
- g) Anexo VII – Modelo da proposta final.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de julho de 2024.

THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Código registro TCE:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO		PREGÃO ELETRÔNICO	
	RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO POR LOTE		Nr.: 54/2024 - PE	
	CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste SC		Processo Administrativo: 97/2024 Data do Processo: 01/07/2024	

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº Lote: 1 - LOTE 1

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO TOYOTA - COROLLA CROSS XRE 2.0 16V FLEX 4X2 AUT. - 2023/2024 - PLACA RY12J76		2.717,0500	2.717,05
2	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT- ARGO TREKKING 1.3 8V FLEX- 2023/2023 - PLACA RYG9E45		2.215,6600	2.215,66
3	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT- CRONOS SEDAN 1.3 8V FLEX - 2019/2019 - PLACA QJT9H85		1.950,8100	1.950,81
4	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - ONIX HATCH JOY 1.0 8V FLEX - 2019/2019 - PLACA QJN9504		1.930,6500	1.930,65
5	3,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE 1.6 TURBO FLEX AUT. - 2017/2017 - PLACAS QIF0574 - QIF0604 - QIF0644		2.686,7200	8.060,16
6	3,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS CHEVROLET - NOVO ONIX - PLACAS: RAA9H28 - RXZ6I02 - RYN7E29		1.977,6800	5.933,04
7	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - CHEVROLET CRUZE LTZ - 2023/2023 - PLACA RYN7B69		1.956,5300	1.956,53
8	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - ONIX PLUS 10TAT LTZ-2025/2024-PLACA: SXF7D85		1.977,6800	1.977,68
9	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - SPIN 1.8L AT LTZ CHEV - 2025/2024 - PLACA: SXF7E15		1.956,5300	1.956,53
10	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - SPIN 1.8L MT LTZ 2018/2018 - PLACA QIU1184		1.977,6800	1.977,68
11	4,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULOS - PLACAS: QJA8135 - QJT3266 - RAA6D12 - RAA7G78		1.977,6800	7.910,72
12	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - NOVO ONIX (A SER ADQUIRIDO)		1.977,6800	1.977,68
Total Lote						40.564,19

Nº Lote: 2 - LOTE 2

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO CHEVROLET S10 LTD D4A-2021/2022, PLACA REP7I95		1.665,4700	1.665,47
14	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MMC-L200 OUTDOOR 2011/2012 PLACA MMB9319		2.273,9700	2.273,97
15	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MITSUBISHI - PAJERO OUTDOOR 3.2 16V TI 4X4 AUT. - 2017/2018 - PLACA QIF2764		3.054,8700	3.054,87
16	2,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MITSUBISHI - PAJERO DAKARHPE3.2 TURBO 4X4 AUT. - 2014/2015 - PLACAS MLX4067 - MLX4217		3.011,4100	6.022,82
17	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT - TORO (A SER ADQUIRIDO)		1.956,5300	1.956,53
Total Lote						14.973,66

Nº Lote: 3 - LOTE 3

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
18	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO RENAULT MASTER- 2019/2020 - PLACA: GJG7C14		2.612,3600	2.612,36
19	2,000	UN	SEGURO DETER PARA VEÍCULOS - PLACAS: GJG7C14 - RYV2H03		4.090,0000	8.180,00
20	1,000	UN	SEGURO TOTAL RENAULT / MASTER EURO AMB BRANCA- PLACA QHS7819		2.612,3600	2.612,36
21	1,000	UN	SEGURO TOTAL RENAULT / MASTER MC. CH-PLACA QHB1415		2.612,3600	2.612,36

 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO POR LOTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 54/2024 - PE	
	Processo Administrativo: 97/2024 Data do Processo: 01/07/2024	

22	2,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULOS - PLACAS: QJL0E16 - MMH2G97	4.538,7500	9.077,50
23	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO M.BENZ TCA AMB 2023/2024 - PLACA RYV2H03	4.538,7500	4.538,75
24	2,000	UN	SEGURO DETER PARA VEÍCULOS - PLACAS: QHS7819 - RLG6G77	4.090,0000	8.180,00
25	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER 416-CDI FURGÃO L.T.ALTO 2.2 BI-TB, PLACA RLG6G77	4.538,7500	4.538,75
26	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT TCAMIC BRANCA 2023 / 2024-PLACA RYH9F19	3.400,1000	3.400,10
27	1,000	UN	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT TCAMIC BRANCA 2023 / 2024-PLACA RYH9F19	3.416,6700	3.416,67
28	2,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULOS - PLACAS: SXA7H24 - RXV1E09	3.400,1000	6.800,20
29	2,000	UN	SEGURO DETER PARA O VEÍCULOS - PLACAS: SXA7H24 - RXV1E09	3.416,6700	6.833,34

Total Lote					62.802,39
-------------------	--	--	--	--	------------------

Nº Lote: 4 - LOTE 4

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
30	3,000	UN	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS - PLACAS: RL14I87 - QIS3225 - RLP3I70		3.893,1600	11.679,48
31	3,000	UN	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DO DETER - SC - VEÍCULOS - PLACAS RL14I87 - QIS3225 - RLP3I70		4.668,1600	14.004,48

Total Lote					25.683,96
-------------------	--	--	--	--	------------------

Nº Lote: 5 - LOTE 5

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
32	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD - CAMINHÃO CARGO 2629 TURBO E5 6X4 - 2014/2014 - PLACA QHE5I95		5.723,8500	5.723,85
33	1,000	UN	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MERCEDES BENZ-CAMINHÃO ATEGO 1729 BLUETEC5 4X2 - 2022/2023 - PLACA RAA7J60		5.009,1800	5.009,18

Total Lote					10.733,03
-------------------	--	--	--	--	------------------

Total Geral dos Lotes					154.757,23
------------------------------	--	--	--	--	-------------------

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETER DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 1 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS LEVES:

(descrição completa disposta no anexo I)

QUANTIDADE (UN)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
19	R\$ 40.564,19

LOTE 2 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS PICK UPS/CAMINHONETES:

(descrição completa disposta no anexo I)

QUANTIDADE (UN)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
06	R\$ 14.973,66

LOTE 3 - SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS VANS E FURGÕES:

(descrição completa disposta no anexo I)

QUANTIDADE (UN)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
17	R\$ 62.802,39

LOTE 4 - SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS ÔNIBUS:

(descrição completa disposta no anexo I)

QUANTIDADE (UN)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
06	R\$ 25.683,96

LOTE 5 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS CAMINHÃO:

(descrição completa disposta no anexo I)

QUANTIDADE (UN)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
02	R\$ 10.733,03

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 10.026/2023.

1.3. Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem características de fácil descrição e ampla comercialização.

1.4. O **prazo de vigência** do contrato será de **12 (doze) meses** após a assinatura do contrato e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado justificativa, se necessário for de tal prorrogação.

1.5. O objeto da presente contratação se amolda na forma de fornecimento imediato e continuado.

1.6. O critério de julgamento da licitação será o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.7. O objeto da contratação trata de itens correlatos, sendo que o agrupamento dos itens por lotes aumentará a atratividade do processo licitatório junto aos fornecedores em virtude dos valores praticados e garantia de padronização das propostas para veículos do mesmo segmento. Além disso, o parcelamento dos itens garantirá maior economia de recursos públicos, tendo em vista que o valor da contratação será mais atrativo e garantirá maior concorrência e participação, implicando em maior redução dos preços ofertados e ganhos em escala ao município.

1.8. A escolha dessa forma de julgamento se dá em razão de que os itens agrupados possuem as mesmas características e preços de referência, conforme pesquisa de preços realizada na fase inicial deste procedimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviço securitário total e DETER-SC visa assegurar que os veículos da frota própria da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste/SC, além da frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Polícia Civil desta municipalidade, estejam devidamente segurados contra casos de acidente em todo território nacional, buscando suprir a necessidade de proteção patrimonial, de terceiros, passageiros e dos servidores que utilizam os veículos, valendo-se do princípio da economicidade e preservação do erário público.

2.2. A presente contratação tem por objetivo imediato substituir o contrato 80/2023, cujo término da vigência se dará em 27/07/2024, e abarcar outros veículos adquiridos por essa municipalidade, assegurando que esses veículos estejam segurados contra casos de incêndio, colisão, roubo, furto, acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado, atos danosos praticados por terceiros, inundação, alagamento, vendavais, granizo e queda acidental de qualquer objeto ou agente externo sobre o veículo, danos a vidro, danos causados a pneus, em caso de acidente, bem como assistência 24 horas para os respectivos veículos e seus ocupantes em todo território nacional.

2.3. Assim, a contratação de seguros veiculares visa garantir a indenização de eventuais prejuízos sofridos e de despesas relacionadas aos veículos pertencentes à frota envolvidos nessa contratação, e dessa forma, conservar o patrimônio público, salvaguardando financeiramente os cofres públicos em caso de eventuais danos materiais, colisão, roubo, furto, e danos materiais a terceiros, responsabilidade civil facultativa por danos pessoais a terceiros e acidentes pessoais a passageiros tendo como consequência morte ou invalidez permanente.

2.4. A contratação objeto do presente termo de referência está prevista no plano de contratações anual de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Ao manter os veículos descritos no item 1.1 segurados, busca-se evitar possíveis perdas de patrimônio e prejuízos ao erário público com o pagamentos de verbas indenizatórias em caso de acidentes, uma vez que, realizando a contratação de seguro, a administração teria apenas como ônus o pagamento da franquia que, em regra, tem seu valor menor do que o dos danos acometidos aos veículos. O seguro ainda prevê a

indenização em caso de perda total até o limite da tabela FIPE ou valor venal do veículo, assim o município e instituições ficarão protegidos de absorver este prejuízo no caso fatídico.

3.2. Analisando o resultado apurado, concluímos que a solução mais vantajosa e prezando pela necessidade de planejar as atividades de forma segura para a execução dos serviços para a Administração Municipal, é a contratação de empresa para prestação dos serviços referente a seguros nos veículos da frota do Município e entidades participantes, aprimorando o atendimento e o trabalho na logística de transporte, com o intuito de preservar o patrimônio público e a segurança dos servidores.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que a contratação ocorra de forma satisfatória é necessário que a empresa atenda todas as exigências previstas no edital.

4.2. O objeto será adjudicado no total ou parcialmente ao licitante vencedor por ser a alternativa mais vantajosa para a Administração, tanto em termos de gestão, quanto de economia e eficiência na alocação dos recursos para execução dos serviços.

4.3. O CONTRATADO **deverá possuir oficina (s) credenciada (s) no município de São Miguel do Oeste/SC** para atendimento no caso de sinistro ou autorizar o CONTRATANTE a escolher oficina de sua confiança no município citado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido deste Termo de referência.

5.1.2. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à contratante.

5.1.3. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto qualquer relação de emprego entre a contratante e os empregados da contratada.

5.1.4. A contratada se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos.

5.1.5. A inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere a contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

5.1.6. O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, **24 horas** por dia durante todos os dias do ano, **central de comunicação** para aviso de sinistro e assistência **24h** em caso de sinistro.

5.1.7. A central deverá funcionar por telefone, podendo ser complementada por e-mail ou outro serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.1.8. Do momento do aviso do sinistro até autorização para início dos reparos/guincho não poderá decorrer mais do que **01 (uma) hora** de espera.

5.1.9. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, logo, a Apólice do Seguro terá a mesma duração, **a partir das 24 (vinte e quatro) horas da data de envio da Autorização de fornecimento** para empresa vencedora, até as 24 (vinte e quatro) horas do dia de seu vencimento, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

5.2.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem a prévia e expressa anuência da contratante.

5.2.2. A associação da Seguradora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à Contratante para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção da apólice, sendo essencial

para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.2.3. A empresa contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, possuir matriz, filial ou posto de atendimento sediada no território desta municipalidade e, não sendo possível, deverá indicar ao menos um preposto com poderes para responder às demandas no contrato, garantindo maior efetividade da gestão, execução e fiscalização do contrato pela Administração Pública, não sendo admitido a subcontratação total ou parcial do referido contrato.

5.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DOS SEGUROS

5.3.1. O seguro veicular deverá cobrir, ao menos, os seguintes eventos: a) COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água doce, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento; b) INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento; c) ROUBO: roubo ou furto do veículo; d) DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo; e) DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo; f) ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo.

5.3.2. O processo de perícia do veículo e também de conserto do veículo não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias úteis depois do recebimento da documentação solicitada pela empresa vencedora do item referido no processo.

5.3.3. Todos os veículos que possuam seguro total deverão ter no mínimo as seguintes coberturas: Danos materiais R\$ 500.000,00, danos corporais R\$ 500.000,00, danos morais R\$ 100.000,00, APP R\$ 50.000,00 por ocupante da lotação máxima do veículo, assistência 24 horas, serviços de guincho e táxi livre de quilometragem, cobertura para vidros completo, farol, lanterna, retrovisores, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais.

5.3.4. Todos os veículos segurados na modalidade “Seguro Total”, deverão possuir cobertura de guincho para pane elétrica e/ou mecânica, disponibilizando transporte até o local indicado pela CONTRATANTE a todos os ocupantes do veículo, seja por pane ou sinistro.

5.3.5. Franquia deverá ser reduzida em 50% para importância de casco quando se tratar de seguro total dos veículos.

5.3.6. Todos os veículos que possuam seguro total terão sua cobertura assegurada independentemente do tipo de operação que estiver realizando, por exemplo basculamento de caçamba, manobra de pátio, carga e descarga, sinalização viária, entre outros.

5.3.7. Além dos eventos principais indicados acima, o seguro deverá incluir, também: a) Prestação de assistência 24 horas, sem pagamento de franquia, a todos os veículos segurados, disponível no território nacional, que deverá compreender, no mínimo: a.1) a prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica, bem como na ocorrência qualquer outro eventual sinistro; a.2) o reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita pela seguradora até 1.000 km; a.3) o transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até o destino a ser indicado; a.4) o serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe; a.5) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço

será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento; a.6) Serviço de proteção a vidros, lanternas, retrovisores e faróis, com pagamento de franquia.

5.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.4.1. A empresa contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação técnica durante toda execução dos serviços.

5.4.2. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

5.4.3. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta contratação.

5.4.4. Ficam à cargo da CONTRATADA todas as despesas referentes ao objeto deste contrato, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços ora contratado.

5.4.5. Executar serviços ora contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura ocorram.

5.4.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de seus serviços; sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações solicitadas.

5.4.7. Manter, durante a execução do contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que exigidos.

5.4.8. Permitir que o fiscal de contrato do município inspecione a qualquer tempo a prestação dos serviços contratados, fornecendo ao município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os serviços contratados.

5.4.9. Acatar todas as orientações da contratante, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas e aditivos que vierem a surgir da contratação.

5.4.10. É de responsabilidade do CONTRATADO colocar à disposição do CONTRATANTE, o recibo/boleto/nota fiscal contendo seguintes informações: processo do seguro, número da apólice, número do sinistro, placa do veículo, nº conta para depósito. Esta ação busca facilitar o pagamento da franquia quando houver acionamento, pois, o vínculo do contrato é com o CONTRATADO/EMPRESA e não com a oficina/mecânica que fez o serviço.

5.4.11. É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam efetuar ao município ou a terceiros, durante a prestação dos serviços contratados.

5.4.12. A contratada deve comunicar ao município qualquer anormalidade que interfira no bom andamento para o fornecimento dos serviços.

5.5. DA VISTORIA PRÉVIA E FACULTATIVA

5.5.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer nos locais abaixo relacionados, no horário das 08h00 às 11h45 e das 13h30 às 17h15, de segunda-feira à sexta-feira:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE	CONTATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	RUA MARCÍLIO DIAS, 199, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	(49) 3631- 2067	DIEGO
BOMBEIRO MILITAR	RUA FLORIANÓPOLIS, 1450, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	(49) 3631- 3422	CRISTIANO
POLÍCIA CIVIL	RUA WALDEMAR RANGRAB, 569, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	49 3622- 6081	IVANETE
POLÍCIA MILITAR	RUA VINTE E UM DE ABRIL, 1687, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	(49) 3631- 7480	LEANDRO SANTI

5.5.2. O licitante arcará com o ônus de sua avaliação ao proceder com a vistoria, ou assumirão o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

5.5.3. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

5.6 PRAZOS DE ENTREGA DAS APÓLICES

5.6.1. Salvo disposição específica em contrário, as apólices ou contratos de seguro deverão ser entregues em até **30 (trinta) dias** após a liberação e envio da Autorização de Fornecimento por parte do município contratante à empresa contratada.

5.6.2. A Apólice de seguro será entregue diretamente no Departamento de Transportes, localizado na Rua Guanabara, 1288, Sagrado Coração de Jesus, no horário normal de expediente, das 07h45 às 11h45 e das 13h15. às 17h15, de segunda-feira a sexta-feira, assim como enviar no email transporte@saomiguel.sc.gov.br.

5.6.3. Deverá conter, impreterivelmente, na apólice referenciada:

5.6.4. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

5.6.5. Prêmios discriminados por cobertura;

5.6.6. Para o documento de liquidação do valor da Apólice, este deverá conter as seguintes informações adicionais: Nº DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, ENTIDADE CONFORME AF, BANCO / CONTA PARA DEPÓSITO.

5.6.7. A Contratada deverá fornecer cartão com números de telefone para acionamento do seguro para cada veículo da apólice, manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência.

5.6.8. O seguro será considerado vigente, pelos prazos previstos no Termo de Referência, após o recebimento da nota de empenho pela Seguradora, independente de eventual atraso na emissão e/ou entrega das apólices.

5.7. DA RESCISÃO

5.7.1. A rescisão desta contratação se dará nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Seguradora, o Município poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da apólice até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

5.7.3. No procedimento que visa à rescisão da apólice, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Seguradora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o Município adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato nos termos da Lei Municipal Complementar nº 24/2013.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. As apólices serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. As apólices poderão ser rejeitadas, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. O pagamento será efetuado **em cota única até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo recebimentos das apólices** de seguro dos respectivos veículos.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal está preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, endereço, nome da contratada, dados bancários na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus ao contratante.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Para que a contratação ocorra de forma satisfatória é necessário que a empresa atenda todas às exigências previstas no edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A média de preço descrita no item 1.1 fora obtida através da cotação de preços praticados por empresas do ramo securitário que forneceram 02 (dois) orçamentos, bem como por meio da utilização de 08 (oito) atas finais de contratações praticadas em municípios catarinenses.

9.2. Devido a dificuldade em se obter orçamentos, alguns veículos constam apenas com 02 (duas) cotações de preços, pois são várias empresas pertencentes as mesmas centrais, e estas só disponibilizam o orçamento para a agência que solicitar primeiro.

9.3. Ainda, visando ampliar o levantamento de preços praticados no mercado atual, buscou-se em pesquisas na internet por empresas que ofereçam os objetos contratados, mas não houve resultados satisfatórios uma vez que o seguro veicular está relacionado a particularidades que aumentam ou diminuem o risco de ocorrer o sinistro.

9.4. Estima-se o valor da contratação em **R\$ 154.757,23 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos)**, para atender a demanda objeto da presente contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, sendo atendidas pelas dotações das Secretarias e Entidades participantes do certame, sendo elas:

ENTIDADE	DOTAÇÃO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	DOT-18 REC-0080
SECRETARIA DE SAÚDE - UPA	DOT-26 REC-1002
SECRETARIA DE SAÚDE - CAPS	DOT-14 REC-1002
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DOT-03 REC-0080
SECRETARIA DE ESPORTE	DOT-141 REC-0080
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOT-69 REC-1001
CORPO DE BOMBEIROS	DOT-127 REC-0179
POLÍCIA CIVIL	DOT-123 REC-0280
POLÍCIA MILITAR	DOT-124 REC-0281

DIEGO TRENTIN
Diretor de Transportes

ANEXO I

LOTE 1 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS LEVES:

ITEM	QTD.	PLACA	MODELO	INFORMAÇÕES DO VEÍCULO/SEGURO	VALOR DE REFERÊNCIA
1	01	RYI2J76	COROLLA CROSS XRE (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO TOYOTA - COROLLA CROSS XRE 2.0 16V FLEX 4X2 AUT. - 2023/2024 - PLACA: RYI2J76 - CHASSI: 9BRK3AAG2R0114783	R\$ 2717,05
2	01	RYG9E45	FIAT - ARGO TREKKING (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT - ARGO TREKKING 1.3 8V FLEX - 2023/2023 - PLACA: RYG9E45 - CHASSI: 9BD358AGZPYM87028	R\$ 2215,66
3	01	QJT9H85	FIAT - CRONOS SEDAN (2019)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT - CRONOS SEDAN 1.3 8V FLEX - 2019/2019 - PLACA: QJT9H85 - CHASSI: 8AP359A0DKU064087	R\$ 1950,81
4	01	QJN9504	CHEVROLET - ONIX HATCH JOY (2019)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - ONIX HATCH JOY 1.0 8V FLEX - 2019/2019 - PLACA: QJN9504 - CHASSI: 9BGKL48U0KB230792	R\$ 1930,65
5	01	QIF0574	CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE (2017)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE 1.6 TURBO FLEX AUT. - 2017/2017 - PLACA: QIF0574 - CHASSI: 8BCND5GVUHG531468	R\$ 2686,72

	01	QIF0604	CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE (2017)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE 1.6 TURBO FLEX AUT. - 2017/2017 -PLACA: QIF0604 - CHASSI: 8BCND5GVUHG529845	R\$ 2686,72
	01	QIF0644	CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE (2017)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CITROEN - NOVO C4 LOUNGE EXCLUSIVE 1.6 TURBO FLEX AUT. - 2017/2017 -PLACA: QIF0644 - CHASSI: 8BCND5GVUHG529852	R\$ 2686,72
6	01	RAA9H28	CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH LT (2022)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH LT 1.0 12V TURBO FLEX - 2022/2023 - PLACA: RAA9H28 - CHASSI: 9BGEB48H0PG219371	R\$ 1977,68
	01	RXZ6I02	CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH LT (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH LT 1.0 12V TURBO FLEX - 2023/2023 - PLACA: RXZ6I02 - CHASSI: 9BGEB48H0PG305015	R\$ 1977,68
	01	RYN7E29	CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH 10TMT LT1 (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - NOVO ONIX HATCH LT 1.0 12V TURBO FLEX - 2023/2024 - PLACA: RYN7E29 - CHASSI: 9BGEB48H0RG132716	R\$ 1977,68
7	01	RYN7B69	CHEVROLET - CRUZE LTZ (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - CHEVROLET CRUZE LTZ - 2023/2023 - PLACA: RYN7B69 - CHASSI: 8AGBN69S0PR145052	R\$ 1956,53

8	01	SXF7D85	CHEVROLE T -ONIX PLUS LTZ (2024)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - ONIX PLUS LTZ - 2024/2025 - PLACA: SXF7D85 - CHASSI: 9BGEN69H0SG100377	R\$1977,68
9	01	SXF7E15	CHEVROLE T -SPIN 1.8L LTZ (2024)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - SPIN 1.8L LTZ - 2024/2025 - PLACA: SXF7E15 - CHASSI: 9BGJC7520SB102128	R\$1956,53
10	01	QIU1184	CHEVROLE T -SPIN 1.8L LTZ (2018)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - SPIN 1.8L LTZ - 2018/2018 - PLACA: QIU1184 - CHASSI: 9BGJC7520JB220399	R\$1977,68
11	01	QJA8135	FORD -KA SE 1.5 SD (2018)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FORD - KA SE 1.5 SD - 2018/2018 - PLACA: QJA8135 - CHASSI: 9BFZH54J3J8176663	R\$1977,68
	01	QJT3266	CHEVROLE T -SPIN 1.8L PREMIER (2019)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - SPIN 1.8L PREMIER - 2019/2020 - PLACA: QJT3266 - CHASSI: 9BGJP7520LB113024	R\$1977,68
	01	RAA6D12	HYUNDAI -HB20S COMFOR (2023)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO HYUNDAI - HB20S COMFOR - 2023/2023 - PLACA: RAA6D12 - CHASSI: 9BHCP41AAPP432499	R\$1977,68
	01	RAA7G78	FIAT -PULSE MT (2022)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT - PULSE MT - 2022/2023 - PLACA: RAA7G78 - CHASSI: 9BD363A1LPYZ69802	R\$1977,68
12	01	-	CHEVROLE T -ONIX (2024)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO CHEVROLET - ONIX - 2024/2025 (A SER ADQUIRIDO) AF N° 2338	R\$1977,68

LOTE 2 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS PICK UPS/CAMINHONETES:

13	01	REP7195	CHEVROLET S10 LT DD4A (2021)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO CHEVROLET S10 LT DD4A, 2021/2022, PLACA REP7195, CHASSI 9BG148FK0NC410063, CONSIDERAR 30% DO VALOR DA FIPE PARA PARA INDENIZAÇÃO DE IMPLEMENTO (ENCAROÇAMENTO) E ADAPTAÇÃO DE SISTEMA DE EMERGÊNCIA	R\$ 1665,47
14	01	MMB9319	MMC/L200 OUTDOOR (2011)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MMC/L200 OUTDOOR 2011/2012 PLACA MMB9319, CHASSI 93XVVK740CCB86213. CONSIDERAR 20% DO VALOR DA FIPE PARA INDENIZAÇÃO DE ADAPTAÇÃO	R\$ 2273,97
15	01	QIF2764	PAJERO OUTDOOR 3.2 16V TI 4X4 AUT (2017)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MITSUBISHI - PAJERO OUTDOOR 3.2 16V TI 4X4 AUT. - 2017/2018 - PLACA: QIF2764 - CHASSI: 93XJYKH8WJCH23175	R\$ 3054,87
16	01	MLX4067	PAJERO DAKAR HPE 3.2 TURBO 4X4 AUT (2014)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MITSUBISHI - PAJERO DAKAR HPE 3.2 TURBO 4X4 AUT. - 2014/2015 - PLACA: MLX4067 - CHASSI: 93XDNKH8WFCE16202	R\$ 3011,41
	01	MLX4217	PAJERO DAKAR HPE 3.2 TURBO 4X4 AUT (2014)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MITSUBISHI - PAJERO DAKAR HPE 3.2 TURBO 4X4 AUT. -	R\$ 3011,41

				2014/2015 - PLACA: MLX4217 - CHASSI: 93XDNKH8WFCE16203	
17	01	-	FIAT TORO (2024)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FIAT - TORO TURBO FLEX 2024/2025 - (A SER ADQUIRIDO) CONTRATO N° 100	R\$ 1956,53

LOTE 3 - SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS VANS E FURGÕES:

18	01	GJG7C14	RENAULT MASTER (2019)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO RENAULT MASTER - 2019/2020 - PLACA GJG7C14 - CHASSI: 93YMEN4XELJ309711. COBERTURA DE DANOS AOS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS E SERVIÇOS DE TRANSFORMAÇÃO REALIZADA NA AMBULÂNCIA	R\$ 2612,36
19	01	GJG7C14	RENAULT MASTER (2019)	SEGURO DETER PARA VEÍCULO RENAULT MASTER - 2019/2020 - PLACA GJG7C14 - CHASSI: 93YMEN4XELJ309711	R\$ 4090,00
	01	RYV2H03	I/M.BENZ 417 TCA AMBUL (2024)	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO M.BENZ TCA AMB 2023/2024 PLACA RYV2H03, CHASSI 8AC907643RE231987. CONSIDERAR 70% DO VALOR DA FIPE PARA INDENIZAÇÃO	R\$ 4090,00
20	01	QHS7819	RENAULT MASTER (2016)	SEGURO TOTAL RENAULT / MASTER EURO AMB BRANCA - PLACA QHS7819 - 2016/2017 - CHASSI: 93YMAFELCHJ464785	R\$ 2612,36

21	01	QHB1415	RENAULT MASTER (2014)	SEGURO TOTAL RENAULT / MASTER MC. CH - PLACA QHB1415 - 2014/2015 - CHASSI: 98YMAP4LEFJ417636	R\$ 2612,36
22	01	QJL0E16	M.BENZ CDI SPR TCA AMB (2019)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO M.BENZ CDI SPR TCA AMB 2019/2019 PLACA QJL0E16, CHASSI 8AC906633KE169209. CONSIDERAR 70% DO VALOR DA FIPE PARA INDENIZAÇÃO DE ENCARROÇAMENTO	R\$ 4538,75
	01	MMH2G97	M.BENZ CDI SPR TCA AMB (2013)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO M.BENZ CDI SPR TCA AMB 2013/2014 PLACA MMH2G97, CHASSI 8AC906633EE091458. CONSIDERAR 70% DO VALOR DA FIPE PARA INDENIZAÇÃO DE ENCARROÇAMENTO	R\$ 4538,75
23	01	RYV2H03	I/M.BENZ 417 TCA AMBUL (2024)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO M.BENZ TCA AMB 2023/2024 PLACA RYV2H03, CHASSI 8AC907643RE231987. CONSIDERAR 70% DO VALOR DA FIPE PARA INDENIZAÇÃO DE ENCARROÇAMENTO	R\$ 4538,75
24	01	QHS7819	RENAULT MASTER (2016)	SEGURO DETER RENAULT / MASTER EURO AMB BRANCA - PLACA QHS7819 - 2016/2017 - CHASSI: 93YMAFELCHJ464785	R\$ 4090,00
	01	RLG6G77	M. BENZ SPRINTER 416-CDI (2020)	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER 416-CDI FURGAO L.T.ALTO 2.2 BI-TB - 3, PLACA RLG6G77, CHASSI	R\$ 4090,00

				8AC907643ME191018	
25	01	RLG6G77	M. BENZ SPRINTER 416-CDI (2020)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER 416-CDI FURGAO L.T.ALTO 2.2 BI-TB - 3, PLACA RLG6G77, CHASSI 8AC907643ME191018	R\$ 4538,75
26	01	RYH9F19	FORD TRANSIT TCA MIC (2023)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT TCA MIC BRANCA 2023 / 2024, PLACA: RYH9F19, CHASSI: WF0GTTBF2RU013053	R\$ 3400,10
27	01	RYH9F19	FORD TRANSIT TCA MIC (2023)	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT TCA MIC BRANCA 2023 / 2024, PLACA: RYH9F19, CHASSI: WF0GTTBF2RU013053	R\$ 3416,67
28	01	SXA7H24	FORD TRANSIT MINIBUS 460E (NOVO) 17+1MT (2024)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT CHASSI WF0JTTBF9RU01469 A SER ADQUIRIDO AF 1226	R\$ 3400,10
	01	RXV1E09	FORD TRANSIT 460B (2024)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT BRANCA 2022 / 2022, PLACA: RXV1E09, CHASSI: WF0JTTBE4NU006483	R\$3400,10
29	01	SXA7H24	FORD TRANSIT MINIBUS 460E (NOVO) 17+1MT (2024)	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT CHASSI WF0JTTBF9RU01469 A SER ADQUIRIDO AF 1226	R\$ 3416,67

	01	RXV1E09	FORD TRANSIT 460B (2024)	SEGURO DETER PARA O VEÍCULO FORD TRANSIT BRANCA 2022 / 2022, PLACA: RXV1E09, CHASSI: WF0JTTBE4NU006483	R\$3416,67
--	----	----------------	-----------------------------------	--	------------

LOTE 4 - SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS ÔNIBUS:

30	01	RLI4I87	ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE AMARELA (2020)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE AMARELA - 2020/2021 - PLACA RLI4I87 - CHASSI: 9532E82W2MR113715	R\$ 3893,16
	01	QIS3225	ÔNIBUS MPOLO MINI PB ESC AMARELA (2016)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO ÔNIBUS MPOLO MINI PB ESC AMARELA - 2016/2017 - PLACA QIS3225 - CHASSI: 9534M62P4HR704143	R\$3893,16
	01	RLP3I70	ÔNIBUS VW NEOBUS 15.190 ESC AMARELA (2021)	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO ÔNIBUS VW NEOBUS 15.190 ESC AMARELA - 2021/2022 - PLACA RLP3I70 - CHASSI: 9532E82W0NR043195	R\$ 3893,16
31	01	RLI4I87	VW 15.190 EOD E.HD ORE AMARELA (2020)	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DO DETER - SC - VW 15.190 EOD E.HD ORE AMARELA - 2020/2021 - PLACA RLI4I87 - CHASSI: 9532E82W2MR113715	R\$ 4668,16
	01	QIS3225	ÔNIBUS MPOLO MINI PB ESC AMARELA (2016)	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DO DETER - SC - ÔNIBUS MPOLO MINI PB ESC AMARELA - 2016/2017 - PLACA QIS3225 -	R\$4668,16

				CHASSI: 9534M62P4HR704143	
	01	RLP3I70	VW NEOBUS 15.190 ESC AMARELA (2021)	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DO DETER - SC - VW NEOBUS 15.190 ESC AMARELA - 2021/2022 - PLACA RLP3I70 - CHASSI: 9532E82W0NR043195	R\$ 4668,16

LOTE 5 - SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS CAMINHÃO:

32	01	QHE5I95	FORD - CAMINHAO CARGO 2629 TURBO E5 6X4 (2014)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO FORD - CAMINHAO CARGO 2629 TURBO E5 6X4 - 2014/2014 - PLACA: QHE5I95 - CHASSI: 9BFZEANE6EBS70192	R\$ 5723,85
33	01	RAA7J60	MERCEDES BENZ - CAMINHAO ATEGO 1729 BLUETEC5 4X2 (2022)	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO MERCEDES BENZ - CAMINHAO ATEGO 1729 BLUETEC5 4X2 - 2022/2023 -PLACA: RAA7J60 - CHASSI: 9BM958154PB285943	R\$ 5009,18

ANEXO II

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024**

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Razão Social da Empresa) _____,
CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo)

_____,
DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que se enquadra como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, e, ainda que no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura

ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social da Empresa) _____,
CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo)

DECLARA, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura

ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024**

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

(Razão Social da Empresa) _____,
CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo)

_____,
DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre com o disposto no art. 7º, XXXIII, da
Constituição Federal.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura

ANEXO V

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024**

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

(Razão Social da Empresa) _____,
CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo)

DECLARA sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024

No dia ____ do mês de ____ do ano de **2024**, compareceram, de um lado o Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.174/0001-80, neste ato, representado pela **Sra. THAÍS JALINE SIPPERT COSTA**, Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____ nº _____, Cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. _____, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores vigentes, e preceitos do Edital de Licitação na Modalidade de **Pregão Eletrônico nº 54/2024 de 02 de julho de 2024**, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como origem o **Processo Licitatório nº 97/2024**, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETER DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

1.2. Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de **Pregão Eletrônico nº 54/2024**, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Pelo objeto ora adquirido, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

2.2. De acordo com a proposta vencedora no valor total de R\$ (.....), conforme as autorizações de fornecimento que passarão a ser integrantes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.2. Da dotação orçamentária:

3.2.1. Organograma: **12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA.**

3.2.1.1. Unidade: **001 – ESPORTE.**

3.2.1.1.1. Funcional: 27.812.0224.**2.057** – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Esporte e Juventude.

3.2.1.1.1.1. Dotação: **(141) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080** – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ (.....).

3.2.2. Organograma: **05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

3.2.2.1. Unidade: **002 – SETOR DE ENSINO.**

3.2.2.1.1. Funcional: 12.361.0188.**2.029** – Administração dos bens e serviços do Ensino Fundamental.

3.2.2.1.1.1. Dotação: **(69)** 3.3.90.00.00.00.00.00.1001 – EDUCAÇÃO - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ (.....).

3.2.3. Organograma: **09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.**

3.2.3.1. Unidade: **001 – ENCARGOS GERAIS.**

3.2.3.1.1. Funcional: 06.182.0174.2.050 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Polícia Civil.

3.2.3.1.1.1. Dotação: **(123)** 3.3.90.00.00.00.00.00.0280 – Convênio de Trânsito - Civil - Valor: R\$ (.....).

3.2.3.1.2. Funcional: 06.181.0177.2.051 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Polícia Militar.

3.2.3.1.2.1. Dotação: **(124)** 3.3.90.00.00.00.00.00.0281 – Convênio de Trânsito - Militar - Valor: R\$ (.....).

3.2.3.1.3. Funcional: 06.182.0178.2.052 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Corpo de Bombeiros.

3.2.3.1.3.1. Dotação: **(127)** 3.3.90.00.00.00.00.00.0179 – Receitas Convênio Bombeiros - Valor: R\$ (.....).

3.2.4. Organograma: **18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

3.2.4.1. Unidade: **001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

3.2.4.1.1. Funcional: 10.302.0428.2.105 – Administração dos Bens e Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

3.2.4.1.1.1. Dotação: **(14)** 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 – SAÚDE - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ (.....).

3.2.5. Organograma: **18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

3.2.5.1. Unidade: **002 – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER.**

3.2.5.1.1. Funcional: 10.302.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços da UPA.

3.2.5.1.1.1. Dotação: **(26)** 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 – SAÚDE - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - Valor: R\$ (.....).

3.2.6. Organograma: **15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

3.2.6.1. Unidade: **001 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.**

3.2.5.1.1. Funcional: 08.122.0021.2.026 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Assistência Social.

3.2.6.1.1.1. Dotação: **(3)** 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ (.....).

3.2.6.1.2. Funcional: 08.244.0487.2.187 – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

3.2.6.1.2.1. Dotação: **(18)** 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais - Valor: R\$ (.....).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado **em cota única até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo recebimentos das apólices** de seguro dos respectivos veículos, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

4.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

4.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

4.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

4.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

4.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo **IPCA** do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, **acrescido de juros de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao mês**, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma do Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023.

5.1.1. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro são os estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023.

5.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e **irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses**, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo **IPCA** após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. **O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. **Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1 deste edital as seguintes sanções:**

- a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

6.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.4 do presente Edital.

6.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

6.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da Lei Federal nº 13709/18.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

7.1. Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

7.2. A extinção do contrato poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

7.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O **prazo de vigência** do contrato decorrente deste procedimento licitatório será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da emissão do instrumento contratual.

8.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o **Anexo I, Termo de Referência do Edital**.

9.2. O objeto licitado deverá ser entregue pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

9.3. O **prazo máximo para a entrega** do objeto da licitação será **conforme Termo de Referência**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

9.4. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

10.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

10.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

10.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

10.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

10.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

10.1.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

10.1.7. **Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;**

10.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

10.1.9. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;

10.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

10.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;

10.1.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;

10.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

10.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

10.1.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São Miguel do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

10.1.15. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

10.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

10.1.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital.

10.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.19. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratada se obriga a dar ciência prévia à municipalidade quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

10.1.20. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

10.1.21. Zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares e pessoas naturais vinculadas à municipalidade, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

10.1.22. O CONTRATADO **deverá possuir oficina (s) credenciada (s) no município de São Miguel do Oeste/SC** para atendimento no caso de sinistro ou autorizar o CONTRATANTE a escolher oficina de sua confiança no município citado.

10.2.23. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

11.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

11.1.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

11.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

11.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

11.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

11.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

11.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

11.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

11.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a municipalidade se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

11.1.11. Zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à contratada, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Aos casos omissos se aplicarão ao contrato os preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.4. É vedado à licitante vencedora caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

12.5. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da data de sua assinatura.

12.6. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras Decreto Municipal nº 10.026/2023, de 31 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

13.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito, com anuência de 2 (duas) testemunhas.

São Miguel do Oeste – SC, ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

Nome:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

CONTRATADA

Nome:

Nome:

CPF:

Este visto diz respeito exclusivamente
à análise dos termos jurídicos do
presente documento.

Nome:

Cargo:

OAB/SC:

ANEXO VII**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024****MODELO DE PROPOSTA FINAL****Dados da empresa**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefones:

E-mail institucional (que a municipalidade utilizará para enviar o Contrato para assinatura digital):

Dados bancários:

Responsável pela assinatura do contrato

Nome:

CPF:

Endereço:

Item	Qntd	Und	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Demais informações, caso o edital requeira.

Declaro que o preço e demais informações desta proposta compreendem todas as despesas referentes ao objeto do presente certame.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura